



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias		Dólar Na quarta-feira	Últimos	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
2,44% São Paulo	0,01% Nova York	173.371	R\$ 5,051 (- 0,43%)	16/julho 5,099 17/julho 5,111 20/ julho 5,089 21/julho 5,073	R\$ 1.621	R\$ 5,765	14,15%	14,04%	Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58 junho/2026 0,16

TARIFAÇO

Brasil Soberano terá R\$ 18 bi para exportadores

Nova fase do plano, criado para blindar setor produtivo, amplia linhas de financiamento para setores atingidos pela sobretaxa de 25% dos Estados Unidos, pelos conflitos no Oriente Médio e para setores considerados estratégicos

» RAFAELA GONÇALVES
» FERNANDA STRICKLAND

O governo lançou, ontem, o Plano Brasil Soberano 3, que contará com R\$ 18,5 bilhões em linhas de financiamento para apoiar empresas afetadas pelas tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros. A iniciativa amplia a estratégia de proteção à indústria e aos exportadores brasileiros diante das restrições ao comércio internacional.

A ampliação do programa, criado no ano passado, em meio ao primeiro tarifaço criado por Donald Trump, foi formalizada por medida provisória assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e encaminhada ao Congresso Nacional. Além de atender empresas prejudicadas pelo tarifaço, a iniciativa contempla exportadores afetados pelos impactos dos conflitos no Oriente Médio sobre o comércio internacional.

Os recursos poderão ser destinados a capital de giro, aquisição de bens de capital, investimentos produtivos, inovação tecnológica, adaptação de produtos e processos, além da prospecção e abertura de novos mercados.

Segundo o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, as linhas de financiamento serão regulamentadas com critérios específicos para cada setor atendido. As condições de acesso, incluindo taxas de juros entre 3% e 9,8% ao ano, variarão conforme o impacto das tarifas comerciais e dos conflitos internacionais sobre cada atividade econômica.

As exigências e contrapartidas também serão definidas em regulamentações específicas, que deverão ser publicadas no curto prazo. Segundo o governo, a decisão de não adotar regras uniformes reflete as diferentes características e necessidades dos setores contemplados pelo programa. “Como temos situações distintas entre os setores — os afetados por tarifas, os considerados estratégicos e os atingidos por conflitos internacionais —, vamos regulamentar cada uma das linhas com requisitos específicos”, afirmou Moretti, durante entrevista

coletiva no Palácio do Planalto. “Vamos discutir, no curtíssimo prazo, a regulamentação, onde serão definidos os critérios e as contrapartidas necessárias. São setores muito diferentes para terem regras únicas estabelecidas na medida provisória”, acrescentou.

Do total previsto para o Plano Brasil Soberano 3, R\$ 13,5 bilhões serão aportados pelo Tesouro Nacional, enquanto os R\$ 5 bilhões restantes virão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Caberá ao banco de desenvolvimento elaborar o plano de aplicação dos recursos, que será submetido à análise de um conselho interministerial. O objetivo é direcionar os financiamentos conforme o grau de impacto sobre cada segmento econômico e sua importância para a economia e para a pauta exportadora brasileira.

Beneficiados

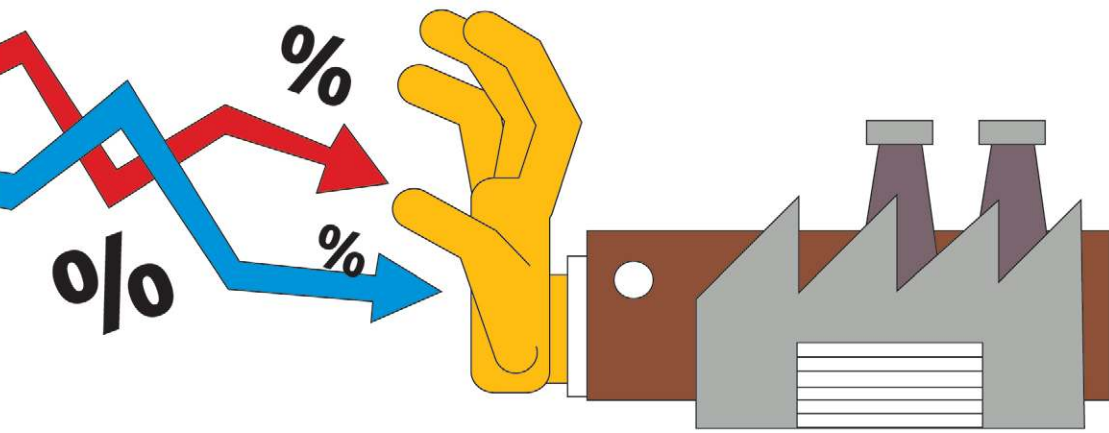
Entre os principais beneficiários da nova etapa estão as empresas atingidas pelas tarifas aplicadas pelos EUA com base nas Seções 232 e 301 da legislação comercial norte-americana. As medidas afetam cadeias industriais como aço, alumínio, automóveis, móveis, madeira, carvão, máquinas e equipamentos elétricos, cerâmicas, plásticos, calçados, papel e açúcar.

O programa também alcançará empresas exportadoras com operações voltadas aos países do Golfo Pérsico, além de setores considerados estratégicos para a balança comercial e a segurança produtiva do país, como fertilizantes, minerais críticos, produtos químicos, farmacêuticos, têxteis, automotivos, equipamentos eletrônicos e máquinas elétricas.

Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o Plano Brasil Soberano 3 é resultado de um trabalho desenvolvido pelo governo ao longo do último ano para preparar respostas aos impactos das mudanças no comércio internacional. "Desde julho do ano passado, quando foi anunciada a primeira tarifa, temos nos reunido com os setores produtivos para entender suas demandas e buscar

Escudo comercial

Entenda como o governo pretende proteger exportadores brasileiros das tarifas dos EUA e das tensões no comércio internacional



Fonte: Governo Federal

Editoria de arte/CB/D.A Press

soluções", afirmou.

Lançado com o objetivo de preservar empresas, empregos, investimentos e a capacidade exportadora do país diante das mudanças no cenário global, o plano estreou, em 2025, com R\$ 16 bilhões em crédito. Em 2026, a segunda etapa ampliou o volume de recursos para R\$ 21 bilhões e já acumula R\$ 19,5 bilhões em pedidos protocolados. Desse total, R\$ 10,6 bilhões foram

aprovados pelo BNDES. Dos 677 projetos apresentados até o momento, 313 são de micro, pequenas e médias empresas.

Durigan afirmou que a nova etapa consolida uma estratégia construída gradualmente pelo governo para enfrentar diferentes pressões sobre o setor produtivo. "Entendam o Plano Brasil Soberano como um programa que fomos amadurecendo e a resposta que temos para essas diferentes provocações

e interferências indevidas. Por isso está tudo contemplado. Não porque estamos agora tentando encontrar saídas, mas porque estamos construindo esse programa há um ano", completou.

Além da atual medida provisória, Lula sancionou, nesta quarta-feira, o Projeto de Lei de Conversão nº 7, originado da Medida Provisória nº 1.345, de março deste ano, que instituiu as linhas de financiamento do Plano Brasil

Entendam o Brasil Soberano como um programa que fomos amadurecendo e a resposta que temos para essas diferentes provocações e interferências indevidas. Não porque estamos agora tentando encontrar saídas, mas porque estamos construindo esse programa há um ano"

Dario Durigan, ministro da Fazenda

Soberano. Durante a tramitação no Congresso, o alcance da política foi ampliado para incluir exportadores dos setores de agricultura, pecuária, florestas plantadas, pesca, aquicultura e mineração, além de cooperativas e associações vinculadas a essas atividades.

A nova legislação também permite que os recursos destinados à inovação tecnológica sejam usados para adequar produtos e processos às exigências sanitárias, fitossanitárias, ambientais, de rastreabilidade e de conformidade impostas pelos mercados internacionais, ampliando a competitividade das empresas brasileiras.

O programa também alcançará empresas prejudicadas por conflitos internacionais, especialmente exportadoras com operações voltadas aos países do Golfo Pérsico, além de setores considerados estratégicos para a balança comercial e a segurança produtiva do país, como fertilizantes, minerais críticos, produtos químicos, farmacêuticos, têxteis, automotivos, equipamentos eletrônicos e máquinas elétricas.

Para Lula, taxaço é mal que vem para o bem

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, durante a cerimônia de lançamento do Brasil Soberano 3, que as tarifas impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros podem acabar impulsionando a economia nacional e acelerando a diversificação das relações comerciais do país. Durante o lançamento da nova etapa do Plano Brasil Soberano, no Palácio do Planalto, o petista recorreu ao ditado popular de que “há males que vêm para o bem” para defender que momentos de crise costumam abrir novas oportunidades.

“Há males que vêm para o bem. Toda vez que aparece uma crise, seja no campo da política, da economia ou da saúde, a sociedade sempre encontra um jeito de sair mais forte”, declarou.

O presidente afirmou que o

governo tem trabalhado para ampliar mercados e criar alternativas para compensar possíveis perdas comerciais. “Quando tem uma crise, ao invés de a gente ficar chorando a crise, temos que tentar encontrar saídas”, disse.

Lula também minimizou os impactos das medidas adotadas pelos Estados Unidos, afirmando que o mundo tem reagido por meio da diversificação de parceiros comerciais. Segundo o presidente, a decisão norte-americana de impor novas tarifas não provocou um isolamento econômico, mas estimulou países e empresas a buscarem novas oportunidades de negócios.

“Ninguém imaginava que uma decisão abrupta do governo americano, sem comunicar ninguém e sem conversar com ninguém, faria o mundo morrer. O que está

acontecendo é que as pessoas estão aprendendo a se mexer”, afirmou.

Mentiras

Ainda durante o discurso, o petista declarou que o Brasil continuará defendendo seus interesses nas negociações internacionais e rejeitou o que considera acusações infundadas contra o país. “Ninguém vai ganhar do Brasil mentindo”, afirmou.

Lula voltou a dizer que o governo brasileiro encaminhou documentos e propostas a interlocutores internacionais e mantém canais de diálogo abertos, embora tenha afirmado não encontrar disposição efetiva para avanços por parte dos Estados Unidos. Apesar das divergências, reiterou que o país seguirá buscando negociações, mas

também ampliará suas relações com outros mercados.

Para ilustrar a estratégia do governo, o presidente relembrou a época em que vendia produtos nas ruas durante a infância. Segundo ele, quando um cliente não demonstrava interesse, a alternativa era procurar outros compradores. “É assim que a gente vai fazer negociação. Com quem quer negociar. Vender e comprar de quem quer vender e comprar”, disse.

Lula também destacou o acordo entre Mercosul e União Europeia como um exemplo de fortalecimento do multilateralismo em meio às mudanças no cenário global. Segundo ele, a conclusão das negociações, aguardada há mais de duas décadas, foi impulsionada pela necessidade de ampliar a cooperação econômica internacional.

“Há 25 anos a gente esperava um acordo Mercosul-União Europeia. E ele saiu porque tanto a União Europeia quanto o Mercosul precisavam dar um exemplo àqueles que são contra o multilateralismo”, afirmou.

Medidas de apoio

Durante o evento, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, classificou as medidas adotadas contra produtos brasileiros como uma “tarifaço injusta e descabida” e afirmou que o governo agiu rapidamente para reduzir os impactos sobre empresas e empregos.

Alckmin ressaltou que, apesar do cenário internacional marcado por conflitos e incertezas, o Brasil tem ampliado sua presença no

comércio global. O vice-presidente lembrou que o país registrou exportações recordes de US\$ 349 bilhões no ano passado e alcançou novo recorde no primeiro semestre deste ano, com vendas externas de US\$ 184,8 bilhões entre janeiro e junho.

Ele também citou os acordos firmados pelo Mercosul com Singapura, a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta) e a União Europeia, destacando que o entendimento com o bloco europeu já teria produzido resultados positivos para as exportações brasileiras.

Na nova fase do programa, o governo pretende ampliar mecanismos de apoio a empresas estratégicas e a micro e pequenos exportadores, incluindo linhas de crédito, seguro-garantia e incentivos tributários por meio do programa Acreditada Exportação.(RG e FS)